



Caderno de Encargos

Aquisição de Serviços

Consulta Prévia

Artigo 20.º, n.º 1, alínea c) do Código dos Contratos Públicos

Índice

Parte I | Cláusulas Jurídicas

Capítulo I | Disposições Gerais

Cláusula 1.^a | Objeto do Procedimento

Cláusula 2.^a | Preço Base

Cláusula 3.^a | Fundamentação do Preço Base

Cláusula 4.^a | Contrato

Cláusula 5.^a | Prazo de Vigência

Cláusula 6.^a | Local da Prestação de Serviços

Cláusula 7.^a | Gestor do Contrato

Capítulo II | Obrigações Contratuais

Secção I | Obrigações do Adjudicatário

Subsecção I | Disposições Gerais

Cláusula 8.^a | Obrigações Principais do Adjudicatário

Cláusula 9.^a | Patentes, Licenças e Marcas Registadas

Subsecção II | Dever de Sigilo

Cláusula 10.^a | Informação e Sigilo

Cláusula 11.^a | Prazo do Dever de Sigilo

Cláusula 12.^a | Cumprimento do Regulamento Geral de Proteção de Dados

Secção II | Obrigações do Município de Vila Nova de Poiares

Cláusula 13.^a | Acompanhamento da Execução do Contrato

Cláusula 14.^a | Preço contratual

Cláusula 15.^a | Condições de faturação e pagamento

Cláusula 16.^a | Faturação Eletrónica

Capítulo III | Penalidades Contratuais e Resolução

Cláusula 17.^a | Resolução por parte da entidade adjudicante

Cláusula 18.^a | Resolução por parte da entidade adjudicatária

Cláusula 19.^a | Alterações contratuais

Cláusula 20.^a | Penalidades Contratuais

Cláusula 21.^a | Força Maior

Capítulo IV | Caução e Seguros

Cláusula 22.^a | Caução

Cláusula 23.^a | Seguros

Capítulo V | Resolução de Litígios

Cláusula 24.^a | Foro competente

Capítulo VI | Disposições Finais

Cláusula 25.^a | Subcontratação e cessão da posição contratual

Cláusula 26.^a | Dever de Informação

Cláusula 27.^a | Comunicações e notificações

Cláusula 28.^a | Contagem dos prazos

Cláusula 29.^a | Legislação aplicável

Parte II | Cláusulas Técnicas

Cláusula 1.^a | Reconhecimento dos Locais das Faixas de Gestão de Combustível

Cláusula 2.^a | Redução de Densidade Excessiva e Abate

Cláusula 3.^o | Limpeza de Mato

Cláusula 4.^a | Sobrantes

Cláusula 5.^a | Descrição Técnica do Modo de Execução das Operações a Realizar

Parte I | Cláusulas Jurídicas

Capítulo I | Disposições Gerais

Cláusula 1.ª | Objeto do Procedimento

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual, que tem por objeto principal a ***Aquisição de Serviços para Realização e Manutenção de Faixas de Gestão de Combustível – Confinantes com a Rede Viária***, em conformidade com as especificações técnicas previstas na **cláusula 8.ª**, na **Parte II | Cláusulas Técnicas** e no **Anexo I | Planta de Localizações** do presente Caderno de Encargos.
2. Os trabalhos serão efetuados até 91 hectares, de acordo com as condições técnicas específicas definidas na **Parte II | Cláusulas Técnicas do presente Caderno de Encargos** e de acordo com o Decreto Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro, de 28 de junho, na sua redação atual.

Cláusula 2.ª | Preço Base

1. Pela aquisição dos serviços objeto do contrato a celebrar, a entidade adjudicante dispõe-se a pagar ao adjudicatário um **valor global máximo de 73.960,00€ (Setenta e três mil, novecentos e sessenta euros)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se o mesmo for legalmente devido.
2. O montante referido no número anterior da presente cláusula, inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à entidade adjudicante, incluindo despesas de comunicação, alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, necessários à prestação dos serviços contratados.

Cláusula 3.ª | Fundamentação do Preço Base

1. Nos termos do artigo 35.º-A do CCP, na sua atual redação foram tidos em consideração os valores pagos por outros contratos do mesmo objeto, em anos anteriores.
2. Foi tido em consideração a limpeza efetuada em 2024, na qual se pretende realizar a manutenção das faixas e as faixas a intervir pela primeira vez.
3. Os valores obtidos tiveram em consideração as características constantes desde Caderno de Encargos.

Cláusula 4.ª | Contrato

1. O contrato será reduzido a escrito e é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos, quando aplicável.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a. Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;

- b. Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c. O presente Caderno de Encargos;
 - d. A proposta adjudicada;
 - e. Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário;
 - f. A identificação do gestor do contrato em nome da entidade adjudicante (conforme o disposto na alínea i) do n.º 1 do artigo 96.º, conjugado com o disposto no artigo 290.º-A, ambos do CCP, na sua redação atual);
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados, de acordo com o n.º 5 do artigo 96.º do CCP, na sua atual redação.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP, na sua redação atual e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal, conforme o disposto no n.º 6 do artigo 96.º do CCP, na sua redação atual.
5. O adjudicatário obriga-se também a respeitar, no que lhe seja aplicável, as normas europeias e portuguesas, as especificações e homologações de organismos oficiais e fabricantes ou entidades detentoras de patentes.

Cláusula 5.ª | Prazo de Vigência

1. O contrato a celebrar **mantém-se em vigor até 30 de junho de 2025 e entrará em vigor após a sua publicação no Portal dos Contratos Públicos, conforme artigo 127.º do CCP, na sua redação atual**, em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.
2. É permitida a prorrogação do prazo de execução do contrato por acordo entre as partes, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 311.º e alínea a) do artigo 312.º do CCP, na sua redação atual.
3. Considera-se que a prorrogação do prazo é graciosa quando derive de causas imputáveis ao adjudicatário, mas que o Município de Vila Nova de Poiares entenda que não merecem a aplicação da multa contratual.
4. O adjudicatário terá de realizar a solicitação por escrito da prorrogação do prazo de execução do contrato.

Cláusula 6.ª | Local da Prestação de Serviços

Os serviços objeto do contrato a celebrar são prestados no concelho de Vila Nova de Poiares, nos **locais indicados na Parte II | Cláusulas Técnicas e no Anexo I | Planta de Localização** ambos do presente Caderno de Encargos.

Cláusula 7.ª | Gestor do Contrato

1. Com a finalidade de acompanhar permanentemente a execução do contrato, será designado um gestor do contrato, nos termos do disposto no artigo 290.º-A, conjugado com a alínea i) do n.º 1 do artigo 96.º do CCP, na sua atual redação.
2. Caso o gestor detete desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, deve comunicá-los de imediato ao órgão competente, propondo, em relatório devidamente fundamentado, as medidas corretivas que, em cada caso, se revelem adequadas.

Capítulo II | Obrigações Contratuais

Secção I | Obrigações do Adjudicatário

Subsecção I | Disposições Gerais

Cláusula 8.ª | Obrigações Principais do Adjudicatário

1. O adjudicatário obriga-se a prestar o serviço através de um serviço de qualidade, de acordo com a legislação e regulamentação aplicáveis e em conformidade com o disposto no presente Caderno de Encargos, assegurando a sua interoperabilidade, continuidade e qualidade nos termos do contrato.
2. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações principais:
 - a. **Instalação de faixas de gestão combustível** (rede secundária), confinante com a rede viária do concelho de Vila Nova de Poiares, **até um total de 91 hectares**, através das intervenções descritas nas especificações técnicas, constantes da **Parte II | Cláusulas Técnicas** do presente Caderno de Encargos;
 - b. **Executar um serviço de qualidade** em conformidade com o conteúdo do presente Caderno de Encargos e da respetiva proposta adjudicada;
 - c. **Executar o serviço** que lhe for adjudicado, com absoluta **subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência**;
 - d. **Cumprir as condições fixadas para a execução do serviço**;
 - e. **Sujeitar-se à ação fiscalizadora** de representante indicado pelo Município de Vila Nova de Poiares;
 - f. **Proceder à entrega dos documentos correspondentes ao serviço**, de acordo com os prazos contratualizados;
 - g. **Prestar as informações** que forem solicitadas pelo Município de Vila Nova de Poiares;
 - h. **Realizar os serviços enumerados na adjudicação**, nas condições de prazo e preço contratados;
 - i. **Disponibilizar o número suficiente de trabalhadores com qualificação adequada**, de forma a garantir uma correta articulação entre o prestador de serviços e os representantes do Município;

- j. **Fica ainda obrigado a remover do local dos trabalhos, após a conclusão destes, os materiais, equipamentos, resíduos de estaleiro ou resíduos florestais, bem como lixos que se encontrem na área de trabalho e tudo o que tenha servido para a sua execução, no prazo máximo de cinco dias, a contar da data da conclusão dos trabalhos em causa. Os materiais em depósito na via pública ou em transporte deverão ser devidamente acondicionados de modo a não prejudicarem ou impedirem o trânsito de pessoas e veículos, nem constituírem qualquer fator de risco de acidentes pessoais ou danos;**
 - k. **Deverão ser estilhados ou removidos todos os sobrantes** resultantes das operações indicadas nas especificações técnicas, devendo, no caso de se optar pelo estilhamento, a estilha ser espalhada e não ficar acumulada;
 - l. Comunicar antecipadamente ao Município de Vila Nova de Poiares os factos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação de serviços ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações, nos termos do contrato celebrado;
 - m. Suportar quaisquer encargos decorrentes da utilização, quando da prestação de serviço, de marcas e patentes registadas, bem como de licenças;
 - n. Não alterar as condições da presente prestação de serviços sem prévia autorização do Município de Vila Nova de Poiares;
 - o. Manter atualizados os documentos de habilitação que estão obrigados a apresentar por força do artigo 81.º do CCP, na sua atual redação;
 - p. Não ceder a sua posição contratual, sem prévia autorização do município de Vila Nova de Poiares;
 - q. Manter sigilo e confidencialidade.
3. O adjudicatário obriga-se a garantir que a realização do serviço, no âmbito das suas obrigações contratuais, observe todas as normas legais e regularmente aplicáveis.
4. A título acessório, o adjudicatário fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, equipamentos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução do serviço a seu cargo.
5. O adjudicatário é responsável por todos os danos ou prejuízos causados à entidade adjudicante e decorrentes de quaisquer erros ou omissões decorrentes da prestação de serviços.

Cláusula 9.ª | Patentes, Licenças e Marcas Registadas

1. São da responsabilidade adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da prestação dos serviços, de marcas registadas, de patentes registadas ou licenças.

2. Caso a entidade adjudicante venha a ser demandada por ter infringido, na sua execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o adjudicatário indemniza-o de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que venha a pagar seja a que título for.

Subsecção II | Dever de Sigilo

Cláusula 10.^a | Informação e Sigilo

1. O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação técnica, comercial ou outra, relativa à entidade adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo e em relação à execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 11.^a | Prazo do Dever de Sigilo

O dever de sigilo é ilimitado, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 12.^a | Cumprimento do Regulamento Geral de Proteção de Dados

1. O adjudicatário, à semelhança do Município de Vila Nova de Poiares, que se classifica com responsável de tratamento, enquadrado nos artigos 24.º e 26.º do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), encontra-se obrigado a cumprir as obrigações previstas na Lei da Proteção de Dados Pessoais vigente (Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto) e no Regulamento, assim como a efetuar o tratamento de dados pessoais singulares que lhe sejam transmitidos, obtidos ou dados a conhecer no âmbito de execução do presente caderno de encargos de acordo com os seguintes princípios:

- Os dados pessoais devem ser tratados de forma que garanta a sua segurança e previna a sua divulgação ou acesso não autorizados;
- A recolha de dados pessoais está limitada ao estritamente necessário para a finalidade pretendida, finalidade que será comunicada ao titular no momento da recolha;
- Os dados pessoais recolhidos para uma finalidade específica não podem ser tratados de forma diferente da prevista nessa finalidade;
- Os dados pessoais não devem ser conservados mais tempo que o necessário à realização dos tratamentos previstos;

- Os dados pessoais são objeto de tratamento lícito, leal e transparente em conformidade com a legislação aplicável;
 - Em caso de violação de dados pessoais aplica-se o disposto no Regulamento;
 - O adjudicatário compromete-se a **não copiar, reproduzir, adaptar, difundir, transmitir, divulgar ou quaisquer informações ou dados pessoais** que lhe tenham sido transmitidos por força do presente contrato;
 - O adjudicatário autoriza a entidade adjudicante em qualquer momento da execução do contrato a verificar as normas previstas no Regulamento de Proteção de Dados, obrigando-se a prestar colaboração e esclarecimentos necessários para o efeito;
2. A subcontratação e a cessão da posição contratual por iniciativa do adjudicatário, dentro dos termos da cláusula 22.º do presente caderno de encargos, está sujeita ao disposto no artigo 28.º do Regulamento e demais disposições aplicáveis, nomeadamente:
- a. No tratamento dos dados pessoais obedecerá às instruções documentadas do responsável pelo tratamento;
 - b. Garante que as pessoas autorizadas a tratar dados pessoais assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais e contratuais de confidencialidade;
 - c. Aplica as medidas técnicas e organizativas de segurança aos processos de tratamento, designadamente:
 - A pseudonomização, cifragem e anonimização dos dados pessoais tratados;
 - A capacidade de assegurar a confidencialidade, integridade, disponibilidade e resiliência permanentes dos sistemas e dos serviços de tratamento;
 - Capacidade de restabelecer a disponibilidade e o acesso aos dados pessoais de forma atempada em caso de incidente físico ou técnico;
 - Ter um processo para auditar, testar, apreciar e avaliar regularmente a eficácia das medidas técnicas e organizativas para garantir a segurança do tratamento.
 - d. O subcontratante apenas contratará outro subcontratante se o Responsável pelo Tratamento o autorizar ou, em caso de autorização prévia, comunicará ao Responsável pelo Tratamento a contratação de um subcontratante que deverá respeitar todas as obrigações de tratamento decorrentes do Regulamento;
 - e. O subcontratante prestará assistência ao responsável pelo tratamento documentando as medidas técnicas e organizativas que aplica, para permitir que este cumpra a sua obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados tendo em vista o exercício dos seus direitos;
 - f. O subcontratante prestará assistência ao responsável pelo tratamento no sentido de assegurar o cumprimento das obrigações de segurança no tratamento, notificação à autoridade de controlo e aos titulares em caso de violação de dados pessoais, avaliação de impacto sobre a proteção de dados e consulta prévia, tal como previstas

nos artigos 32.º a 36.º do Regulamento, tendo em conta a natureza de tratamento e a informação ao dispor do subcontratante;

g. Dependendo da opção do responsável pelo tratamento, que deverá também ela ser documentada, o subcontratante apagará ou devolverá todos os dados pessoais depois de concluídas as operações de tratamento previstas, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados seja exigida ao abrigo do direito da União ou dos Estados-Membros;

h. O subcontratante disponibilizará ao responsável pelo tratamento todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das obrigações que impendem sobre o subcontratante e facilita e contribui para as auditorias, inclusive as inspeções, conduzidas pelo responsável pelo tratamento ou por outro auditor para este mandatado e/ou autoridades competentes;

i. Compromete-se a informar imediatamente o responsável pelo tratamento se considerar que alguma instrução viola o RGPD ou outras disposições do direito da União ou dos Estados-Membros em matéria de proteção de dados, assim como se detetar alguma violação de segurança e/ou extravio de dados.

3. O incumprimento destes deveres e a verificação de inexistência de garantias de *compliance* com o Regulamento é fundamento de resolução do presente contrato com justa causa, podendo implicar o dever de indemnização do Responsável pelo Tratamento por eventuais violações que lhe sejam imputadas.

Secção II | Obrigações do Município de Vila Nova de Poiares

Cláusula 13.^a | Acompanhamento da Execução do Contrato

1. A entidade adjudicante, através do gestor do contrato procede ao acompanhamento e fiscalização da execução do presente contrato, com vista a verificar se estão a ser cumpridos os requisitos técnicos definidos nas especificações técnicas, constantes do presente Caderno de Encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.

2. Na análise a que se refere o número anterior, o adjudicatário deve prestar à entidade adjudicante toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários.

3. No caso de se verificar o não cumprimento das exigências legais, ou no caso de existirem discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos nas especificações técnicas, do presente Caderno de Encargos, a entidade adjudicante deve de isso informar, por escrito, a entidade adjudicatária.

4. No caso previsto no número anterior, o adjudicatário deve proceder, à sua custa e no prazo razoável ao que for determinado pela entidade adjudicante, às alterações e correções necessárias para garantir o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.

5. O Município poderá mandar suspender os trabalhos, temporária ou definitivamente, quando o equipamento utilizado pela entidade adjudicatária não satisfaça as exigências técnicas recomendadas na operação em curso.

6. A entidade adjudicatária deverá tomar todas as medidas necessárias para garantir a boa execução dos trabalhos e a sua preservação, enquanto os mesmos não forem dados por concluídos.
7. É da responsabilidade da entidade adjudicatária a adoção de quaisquer medidas de proteção e segurança que se tornem necessárias, inclusive no que se refere à salvaguarda de terceiros ou dos seus bens.

Cláusula 14.ª | Preço Contratual

1. Pela prestação de serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Vila Nova de Poiares deve pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O valor total da proposta adjudicada, não poderá ser superior ao preço máximo fixado na cláusula 2.ª do presente Caderno de Encargos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
3. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público.

Cláusula 15.ª | Condições de Faturação e Pagamento

1. Com base no desenvolvimento dos trabalhos, o adjudicatário deverá proceder à emissão das respetivas faturas de acordo com o infra indicado:
 - a. O preço referido na cláusula 2ª do presente Caderno de Encargos, é pago em função do serviço efetivamente prestado e inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público.
 - b. Deverá ser elaborado pelo adjudicatário e previamente submetido à aprovação do Presidente da Câmara Municipal, pelo gestor do contrato, um **auto de medição**, onde estão refletidos os trabalhos efetivamente executados;
 - c. As faturas deverão ser **emitidas mensalmente** de acordo com os trabalhos efetivamente realizados no mês anterior e após aprovação do auto de medição pelo Presidente da Câmara Municipal;
 - d. A quantia devida pelo Município de Vila Nova de Poiares, deve ser paga no **prazo de 60 dias**, após a receção pelo Município de Vila Nova de Poiares da respetiva fatura;
 - e. Em caso de discordância por parte do Município de Vila Nova de Poiares, quanto aos valores indicados nas referidas faturas, deverá este comunicar à entidade adjudicatária, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando esta obrigada a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura.
2. Desde que devidamente emitido o referido documento, confirmado pelo serviço requisitante e observado o disposto no n.º 1, a fatura é paga através de transferência bancária, **devendo o adjudicatário indicar o IBAN para o efeito.**

3. A fatura deverá ser emitida em nome do Município de Vila Nova de Poiares NIF: 505 371 600, sito na Largo da República, 3350-156 Vila Nova de Poiares, com referência aos documentos que lhe deram origem, isto é, da fatura deverá constar, nos termos do artigo 9.º, n.º 2, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, **o número de compromisso**, sob pena de devolução daquela, para além dos elementos constantes do artigo 299.º-B do CCP quando se trate de faturação eletrónica.

4. A fatura que não exiba o número do compromisso, ou contenha imprecisões, será devolvida para efeito de correção.

Cláusula 16.ª | Faturação Eletrónica

1. Nos termos do artigo 299.º-B do CCP, as faturas deverão ser obrigatoriamente emitidas em formato eletrónico, com exceção das entidades previstas no n.º 4 do mesmo artigo. O modelo da fatura eletrónica é o estabelecido pela norma europeia aprovada pela Comissão Europeia e publicitada no Portal dos Contratos Públicos.

2. Para implementação da obrigatoriedade legal de receção e processamento da faturação eletrónica, o Município de Vila Nova de Poiares escolheu como parceiro a entidade **YET – YOUR ELETRONIC TRANSACTIONS LDA**, e será através da mesma que todas as faturas deverão ser encaminhadas pelos fornecedores.

Capítulo III | Penalidades Contratuais e Resolução

Cláusula 17.ª | Resolução por Parte da Entidade Adjudicante

Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a entidade adjudicante, a título sancionatório, pode resolver o contrato, no caso de a entidade adjudicatária violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente em caso de atraso, total ou parcial, da prestação do serviço objeto do contrato e que se encontra expresso no caderno de encargos.

Cláusula 18.ª | Resolução por parte da entidade adjudicatária

Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a entidade adjudicatária pode resolver o contrato quando, qualquer montante que lhe seja devido, esteja em dívida há mais de 6 (seis) meses ou quando o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros.

Cláusula 19.ª | Alterações contratuais

1. O contrato pode ser modificado por acordo entre as partes, que não pode revestir forma menos solene do que a do contrato, por decisão judicial, ou ainda, sempre que sejam invocadas razões de interesse público.
2. A modificação do contrato está sujeita aos limites previstos no artigo 313.º do CCP, na sua atual redação.
3. Consideram-se riscos próprios do contrato, designadamente uma taxa de variação igual ou inferior a 20% do preço contratual.

Cláusula 20.^a | Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergente do contrato, o Município de Vila Nova de Poiares pode exigir ao adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

- $P = V \cdot A / 500$, em que:
 - P corresponde ao montante da penalidade;
 - V corresponde ao valor da prestação do serviço em atraso;
 - A corresponde ao n.º de dias em atraso;

2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do adjudicatário, o Município de Vila Nova de Poiares poderá exigir a este o pagamento de uma pena pecuniária, que não poderá ser superior a 20% do preço contratual.

3. Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de Vila Nova de Poiares terá em conta, nomeadamente, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.

4. O Município de Vila Nova de Poiares pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

5. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município de Vila Nova de Poiares exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 21.^a | Força Maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3. Não constituem força maior, designadamente:

- a. Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
- b. Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c. Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;

- d. Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
 - e. Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f. Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
 - g. Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Capítulo IV | Caução e Seguros

Cláusula 22.^a | Caução

Não exigível a prestação da caução de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 88.º do CCP, na sua redação atual.

Cláusula 23.^a | Seguros

1. Se legalmente exigível, serão da exclusiva responsabilidade do adjudicatário a cobertura através de contratos de seguro dos riscos inerentes ao serviço prestado.
2. O Município de Vila Nova de Poiares poderá, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o adjudicatário fornecê-la no prazo de **5 dias úteis**.

Capítulo V | Resolução de Litígios

Cláusula 24.^a | Foro competente

1. Quaisquer litígios relativos, designadamente, à interpretação, execução, incumprimento, invalidade, resolução ou redução do contrato podem ser dirimidos pelo centro de arbitragem com competências na área geográfica da entidade adjudicante.
2. Esgotadas as possibilidades consagradas no número anterior, para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal da área geográfica da entidade adjudicante, com expressa renúncia a qualquer outro.

Capítulo VI | Disposições Finais

Cláusula 25.^a | Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo adjudicatário e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 26.ª | Dever de informação

1. Qualquer uma das partes deve informar a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do Contrato, de acordo com a boa-fé e no prazo de **10 (dez) dias** a contar do respetivo conhecimento.
2. Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.

Cláusula 27.ª | Comunicações e notificações

1. As comunicações e notificações, ao abrigo do contrato, devem ser escritas e redigidas em português, podendo ser efetuadas pelos meios eletrónicos, ou por via postal, por meio de carta registada ou de carta registada com aviso de receção.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.
3. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, a matéria relativa às notificações e comunicações é regulada nos termos do disposto nos artigos 467.º a 469.º do CCP, na sua redação atual.

Cláusula 28.ª | Contagem dos prazos

1. Os prazos previstos, para **efeitos do presente processo de concurso, contam-se de acordo com o estabelecido no artigo 470.º do CCP, na sua atual redação**, consoante a fase em que o procedimento se encontre.
2. Os prazos previstos, para **efeitos de execução do contrato, contam-se de acordo com o estabelecido no artigo 471.º do CCP**, na sua atual redação.

Cláusula 29.ª | Legislação aplicável

Em tudo o que for omissa no presente caderno de encargos, observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, na redação atual, e demais legislação portuguesa em vigor.

Parte II | Cláusulas Técnicas

Cláusula 1.ª | Reconhecimento dos Locais das Faixas de Gestão de Combustível

1. Os interessados poderão fazer o respetivo reconhecimento, devendo, para o efeito efetuar contactos com os serviços de Proteção Civil Municipal e/ou Recursos Florestais do Município de Vila Nova de Poiares (Telefone: 239 420 850).
2. A área objeto da prestação de serviços localiza-se no território de Vila Nova de Poiares e enquadra-se nas faixas de gestão definidas no PMDFCI de Vila Nova de Poiares e de acordo com os seguintes trabalhos:

- **Manutenção de 87 hectares** de faixas de 10 metros de gestão combustível confinante com a rede viária, conforme limpeza realizada em 2024;
- **Realização de 1.ª Intervenção de 4 hectares** de faixas de 10 metros de gestão combustível com a rede viária;

Cláusula 2.ª | Redução de Densidade Excessiva e Abate

1. Os serviços de limpeza de caminhos municipais da rede secundária de faixas de gestão de combustível incluem a limpeza numa faixa lateral de terreno confinante numa largura não inferior a 10 metros, a contar da área pavimentada ou plataforma da via (ou valetas, quando existam), dos estratos arbóreos, arbustivos e subarbustivos, não integrados em áreas agrícolas, com exceção das áreas de pousio e de pastagens permanentes, ou de jardim, de acordo com os seguintes critérios:

- a. No estrato arbóreo a distância entre as copas das árvores deve ser no **mínimo de 10 m** nos povoamentos de pinheiro bravo e eucalipto, devendo ser desramadas em 50 % da sua altura até que esta atinja os 8 m, altura a partir da qual a desramação deve alcançar no mínimo 4 m acima do solo;
 - b. No estrato arbóreo, nas espécies não mencionadas no ponto anterior, a distância entre as copas das árvores permitidas **deve ser no mínimo de 4 m** e a desramação deve ser de 50 % da altura da árvore até que esta atinja os 8 m, altura a partir da qual a desramação deve alcançar no mínimo 4 m acima do solo;
 - c. No estrato arbustivo **a altura máxima da vegetação não pode exceder 50 cm;**
 - d. No estrato subarbustivo **a altura máxima da vegetação não pode exceder 20 cm;**
2. No planeamento da redução de densidades, dever-se-á ter em conta o espaçamento entre as copas das árvores, definido no ponto anterior.
3. Não deverá ser descurada a preservação dos elementos com melhor desenvolvimento vegetativo, eliminando prioritariamente as árvores decrépitas e doentes, as espécies infestantes, os eucaliptos e os pinheiros, por esta ordem. O desbaste poderá ser feito com motosserra em árvores de pequeno a grande porte.
4. No desbaste de árvores de médio e grande porte dever-se-á ter em conta a orientação da queda de modo a evitar danos nas árvores a preservar, nas edificações, na rede elétrica e demais infraestruturas. Deverá assim ser feito um corte em cunha com motosserra ou machado do lado para onde deverá cair a árvore e ser então cortada do lado oposto (designado por abate dirigido).
5. No caso de necessidade de abate, de poda ou desbaste de árvores de espécies protegidas, estas devem ser identificadas, comunicada a sua localização e necessidade de intervenção, à entidade adjudicante, para que esta proceda aos devidos procedimentos de pedidos de licenciamento ou comunicação/autorização.

Cláusula 3.^a | Limpeza de Mato

1. Os arbustos que se encontram junto às árvores deverão ser eliminados manualmente ou com motosserra ou motor roçadora, evitando causar danos nos troncos ou nas raízes, pelo que não deverão ser utilizadas alfaias pesadas. Os restantes arbustos poderão ser eliminados com corta-matos, destroçadores, roçadoras, ou grades de disco.
2. Em todos estes trabalhos de desbaste, desramação e limpeza de mato é necessário que se cumpram todas as regras de segurança e de manuseamento das máquinas.
3. Deverá ser sempre utilizado o equipamento de proteção individual.

Cláusula 4.^a | Sobrantes

1. O material lenhoso retirado deverá ser devidamente empilhado junto da via, em segurança e ser posteriormente encaminhado para o local de transformação ou de depósito, a indicar pela entidade adjudicante, numa **distância máxima de 15 Km do local de recolha**, para posterior transação pela entidade adjudicante.
2. O material lenhoso (DAP < 7,5 cm) deverá ser igualmente retirado ou queimado em local seguro e fora do período crítico.
3. O material lenhoso sem valor comercial poderá ainda ser estilhaçado (dimensão inferior a 3 cm) e devidamente espalhado por forma a servir para revestimento do solo.

Cláusula 5.^a | Descrição Técnica do Modo de Execução das Operações a Realizar

As operações serão executadas da seguinte forma:

- As invasoras lenhosas com DAP < 7,5cm, deverão ser totalmente cortadas, ou arrancadas nos casos em que seja possível fazê-lo, retiradas da faixa podendo ser queimadas e/ou trituradas e/ou destroçadas e/ou removidas para local adequado e indicado pela entidade adjudicante;
- Nas zonas onde é possível a intervenção com meios mecânicos, deverá ser feita uma intervenção com trator de lagartas equipado com corta matos acoplado;
- Nas operações serão usadas motor roçadoras (variando o tipo com o grau de lenhificação das invasoras) e motosserras (para invasoras muito desenvolvidas);
- Tendo em atenção o grau de pedregosidade, a presença de alguns afloramentos rochosos, assim como do declive verificado em algumas áreas a intervir, o controlo da vegetação espontânea total será realizado com recurso a operações moto manuais;
- O mato deve ser totalmente cortado e retirado da faixa, podendo ser queimado e/ou triturado e/ou removido para local adequado;

- Nestas operações serão usadas motor roçadoras (variando o tipo com o grau de lenhificação da vegetação) e motosserras (para vegetação lenhificada muito desenvolvida);
- Devem ser cortadas árvores malconformadas ou que constituam potencial perigo de queda e obstrução da faixa de circulação rodoviária, independentemente do seu calibre.

Cláusula 6.ª | Responsabilidades do Adjudicatário

1. O adjudicatário é considerado único responsável nas seguintes situações:

- a. Pela reparação e indemnização de todos os prejuízos ou danos que, por motivos que lhe sejam imputáveis, sofridos por terceiros ou pela entidade adjudicante;
- b. Pelas indemnizações devidas a terceiros na constituição de servidões provisórias ou da ocupação temporária de prédios particulares necessários à execução dos trabalhos;
- c. Por todos os prejuízos, causados à área florestal, incluído solos e linhas de água, ou terceiros, decorrentes das operações de corte e extração, imputáveis a deficiências técnicas e/ou agravadas por situações climáticas desfavoráveis;
- d. São da conta do adjudicatário todas as licenças e encargos legais necessários à execução dos trabalhos, caso existam.

2. É também da responsabilidade do adjudicatário:

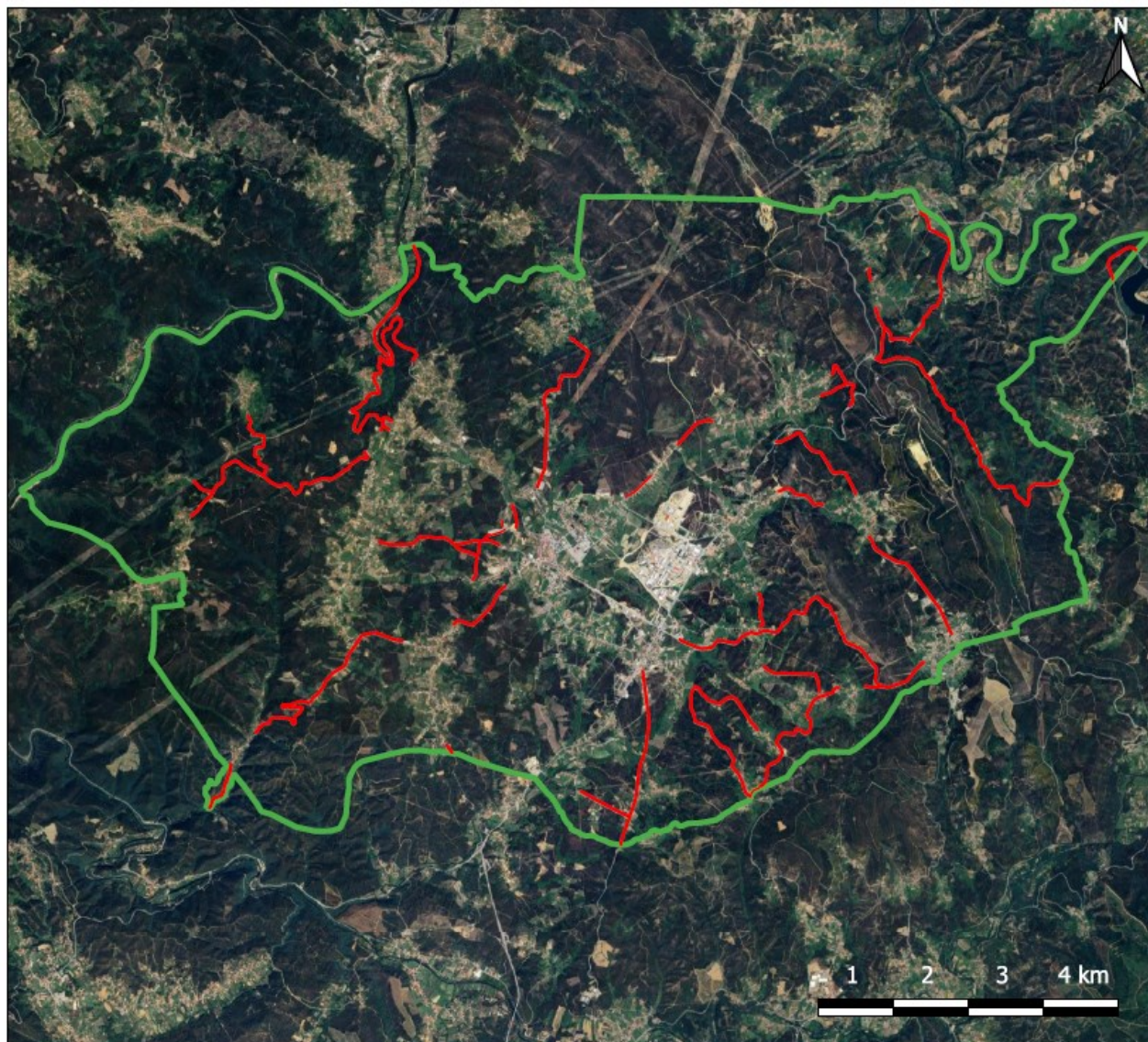
- a. O cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor sobre segurança e higiene no trabalho, relativamente a todo o pessoal que executa os trabalhos em objeto, sendo da sua conta os encargos que daí resultem;
- b. Apresentar no início dos trabalhos e sempre que a entidade adjudicante o exija, apólices de seguro contra acidentes de trabalho relativamente a todo o pessoal presente no local;
- c. Após a adjudicação, quaisquer prejuízos resultantes de furto, deterioração ou sinistro que possam ocorrer, correm por conta do adjudicatário, sem que por isso possa vir a exigir à entidade adjudicante, indemnização ou redução do preço do serviço prestado;
- d. O adjudicatário obriga-se a manter permanentemente os caminhos, incluindo valetas, tal como eles estavam à data do início das operações de exploração;
- e. O adjudicatário obriga-se a executar a gestão de combustível até 30 de junho 2025;
- f. O adjudicatário obriga-se ao cumprimento das obrigações relativas à Defesa da Floresta Contra Incêndios, nomeadamente o artigo 19.º e 22.º do Decreto-Lei n.º 124/2008, de 28 de junho, alterado e republicado pela Lei n.º 76/2017 de 17 de agosto e ao cumprimento das normas técnicas, nomeadamente:

- Não poderão ocorrer quaisquer acumulações de substâncias combustíveis, como lenha, madeira ou sobrantes de exploração florestal, que terão que ser removidos do local e encaminhados para o local definido pela entidade adjudicante;
- É interdito o depósito de madeiras e outros produtos resultantes de exploração florestal ou agrícola, de outros materiais de origem vegetal e de produtos altamente inflamáveis
- Os depósitos de madeira, sobrantes e estilha deverão ser instalados nos aceiros e outras áreas limpas, evitando a destruição de manchas de vegetação em bom estado de conservação, a concertar com os serviços de Proteção Civil do Município;
- Deverão ser observadas todas as indicações dadas pelo pessoal do Município de Vila Nova de Poiares;
- Deverão ser preservados indivíduos de diferentes espécies de árvores e arbustos autóctones, com especial destaque para os espécimes de *Quercus* spp. (Carvalhos e Sobreiros), tendo o cuidado de durante o abate de árvores evitar a sua mutilação.

Vila Nova de Poiares, 27 de fevereiro de 2025

O Presidente da Câmara Municipal,

Anexo I | Planta de Localização



FAIXAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL

- REDE RODOVIÁRIA -

 Vila Nova de Poiares

Faixas

 Manutenção

Sistema coordenadas:
PT-TM06/ETRS89
Projeção: Transversa de Mercator

Fevereiro 2025

Fontes:
CAOP 2023 (DGT)
Informação Geográfica (Município)



Aquisição de Serviços para Realização e Manutenção de Faixas de Gestão de Combustível – Confinantes com a Rede Viária

Procedimento nº 18/2025/AcinGov

Caderno de Encargos